

CORREIO ECONÔMICO

POR
ANDRE SOUZA

Jaelson Lucas/Arquivo AEN



No 1º tri, Brasil exportou 701,6 mil toneladas de carne

Carne bovina: exportações batem recorde no início do ano

O Ipea, ligado ao Ministério da Fazenda, e o Cepea/Esalq, centro de pesquisa da USP, divulgaram na quinta-feira(9) que as exportações brasileiras de carne bovina in natura seguem em ritmo recorde no início de 2026. No primeiro trimestre, foram embarcadas 701,6 mil toneladas, alta de 19,7% sobre 2025. Além do volume, houve valorização no mercado externo, com preço médio de US\$ 5.814 por tonelada (R\$ 29 mil) em março. O cenário favorável sustenta a alta do boi gordo no mercado interno, diante da demanda aquecida e da oferta restrita de animais para abate. O boi gordo é negociado em torno de R\$360 por arroba. O valor mantém preços elevados da carne no varejo, onde cortes comuns variam entre R\$ 30 - 45 por quilo e cortes nobres ultrapassam R\$60.

Telefonia fixa da Oi é vendida

A Justiça do Rio aprovou a venda da operação de telefonia fixa da Oi por R\$ 60,1 milhões para a Método Telecom, vencedora de leilão judicial. A proposta à vista superou a da concorrente e garantiu a continuidade de serviços essenciais, sobretudo em regiões onde a operadora é a única disponível. A compradora assumirá a operação sem herdar dívidas da companhia, em decisão ligada ao processo de recuperação judicial da Oi.

Divulgação BYD



BYD em Camaçari/BA tem mais de 2 mil trabalhadores

BYD retirada da 'lista suja'

Após ser incluída na "lista suja" do trabalho escravo, a BYD, multinacional chinesa que fabrica carros elétricos, passou a ser investigada por irregularidades na construção de sua fábrica em Camaçari (BA), após fiscalizações apontarem jornadas exaustivas e alojamentos precários de terceirizados. Dias depois, a Justiça do Trabalho suspendeu a inclusão em caráter liminar, questionando a responsabilidade direta da empresa. O caso segue em análise. A "lista suja" é um cadastro do Ministério do Trabalho e Emprego com empregadores responsabilizados por trabalho análogo à escravidão.

BM prevê crescimento menor do Brasil

O Banco Mundial reduziu a previsão de crescimento do Brasil em 2026 de 2% para 1,6%. A revisão considera fatores externos, como a alta do petróleo, e internos, como juros elevados e endividamento das famílias. A estimativa ficou abaixo das projeções do mercado e do Ministério da Fazenda. Para a América Latina, a previsão também caiu, a 2,1%.

Imposto de 15 % I

A Receita Federal regulamentou o imposto mínimo de 15% para multinacionais, aplicado por meio de adicional da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, tributo federal cobrado das empresas). A medida segue o Pilar 2, acordo global que busca evitar queda da base tributária e o desvio de lucros para outros países.

Imposto de 15% II

A regra faz parte de um acordo da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), fórum internacional que reúne países para estabelecer padrões econômicos e fiscais globais. A norma também define outras obrigações, como prazos de recolhimento, voltadas a grandes grupos multinacionais com alta receita.

Recursos das Bets

O Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu que os recursos arrecadados com apostas de quota fixa, as chamadas "bets", devem ser tratados como dinheiro público. Enquanto não houver regulamentação definitiva, a verba deve seguir regras das loterias federais e ser destinada a áreas de interesse coletivo.

Recursos da Bets II

O TCU afirmou que a destinação dos recursos das apostas esportivas deve priorizar políticas públicas como esporte, educação e segurança. A decisão é provisória e busca garantir controle e transparência na aplicação do dinheiro, evitando uso indevido até a criação de regras específicas. A medida também reforça a necessidade de prestação de contas.

Atividade irregular

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) informou que o número de stop orders quase triplicou entre 2024 e 2025. O mecanismo suspende, de forma preventiva, atividades e ofertas irregulares no mercado financeiro. A medida busca interromper práticas sem autorização e reforçar a supervisão e proteção aos investidores.

Mais negociadas

Levantamento da B3 mostra que o ranking das ações mais negociadas em fevereiro foi liderado por empresas de grande peso no mercado, com destaque para mineração, petróleo e bancos. A lista inclui Vale, seguida por Petrobras, Itaú Unibanco, Banco do Brasil, Bradesco, B3, BTG Pactual, Axia Energia, Prio e Itaúsa.



Programa quer tornar áreas perdidas em sistemas produtivos

Crédito para recuperar áreas degradadas

Mobilização deve somar R\$ 30 bilhões em investimentos

Da Redação

O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) se reuniu com bancos, organismos internacionais e instituições parceiras do programa Caminho Verde Brasil para discutir mecanismos de financiamento e ampliar a execução da iniciativa. O encontro teve como foco a estruturação de instrumentos de crédito capazes de viabilizar a recuperação de áreas degradadas em escala nacional.

O Caminho Verde Brasil é uma política pública voltada à recuperação de áreas degradadas — terras que perderam produtividade em razão de uso inadequado, manejo insuficiente ou esgotamento do solo. A proposta é reverter essas áreas em sistemas produtivos sustentáveis, com aumento de eficiência agropecuária sem necessidade de expansão sobre vegetação nativa.

Na reunião, o tema central foi o acesso ao crédito rural e à mobilização de capital privado. O financiamento é considerado peça-chave para viabilizar a recuperação dessas áreas, que exige investimentos em correção do solo, tecnologia, insumos e reestruturação produtiva. O debate também envolveu formas de ampliar a participação de bancos públicos e privados e atrair recursos internacionais. Também foi discutida a diversificação das fontes de financiamento, com participação de bancos, cooperativas e empre-

sas do setor produtivo. O modelo busca reduzir a dependência de linhas únicas de crédito e ampliar a capacidade de execução dos projetos.

Outro ponto tratado foi a inclusão de pequenos produtores rurais nos mecanismos de financiamento. O desafio é adaptar as condições de crédito para ampliar o acesso desse público, que historicamente enfrenta maiores barreiras para obtenção de financiamento e para adoção de tecnologias de recuperação produtiva.

Os números associados ao projeto Caminho Verde Brasil já haviam sido divulgados anteriormente pelo governo, com estimativas de mobilização de cerca de R\$ 30 bilhões em investimentos para recuperação de áreas degradadas, além de anúncios específicos como R\$ 3 bilhões direcionados a regiões como a Caatinga.

A iniciativa integra uma estratégia de ampliar a produtividade agrícola sem avanço sobre novas áreas, ao mesmo tempo em que busca alinhar produção e sustentabilidade. O foco é transformar áreas hoje subutilizadas em ativos produtivos, com impacto direto na oferta de alimentos, bioenergia e na reorganização de cadeias do agronegócio.

De acordo com a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), o Brasil tem entre 50 e 100 milhões de hectares de pastagens degradadas ou em algum estágio de degradação.